

Distribuir-se aos seguintes
deputados do Conselho

Algarve 2030 - Versão Preliminar 30 de abril de 2018

Contributo Regional do Algarve para a Estratégia Nacional Portugal 2030

03/05/2018



Considerações iniciais

O exercício de programação financeira para o período pós 2020 assume-se particularmente desafiante para a região do Algarve. A consolidação do estatuto de região em transição condiciona a disponibilidade de fundos disponíveis, assim como eleva o compromisso e a responsabilidade de os programar de forma a responder inequivocamente, e na medida do possível, aos grandes desígnios de competitividade, sustentabilidade e desenvolvimento regional.

O comprometimento entre todas as partes envolvidas (administração, entidades do sistema científico e tecnológico, associações, empresas, IPSS e a própria sociedade civil) para com esses desígnios, constitui um objetivo, que a CCDR Algarve promulga, desde o primeiro momento, na construção de uma visão prospetiva, integrada, concertada e que traduza uma corresponsabilização, baseada num amplo processo de participação e discussão pública.

Neste âmbito, em resposta ao desafio lançado pelo primeiro ministro António Costa na sessão do Conselho Regional do Algarve realizada a 12 de janeiro de 2018, a CCDR Algarve vai promover a realização de 5 Fóruns de participação pública, para dar a conhecer a proposta nacional para o horizonte 2030 e encetar a discussão e construção conjunta de uma visão regional para o mesmo período.

Com base no modelo e domínios/objetivos traçados a nível nacional, estipulou-se um processo de priorização, avaliação, qualificação e identificação dos fatores críticos e medidas alternativas que visam estruturar e fundamentar os contributos regionais para a Estratégia Nacional Portugal 2030.

Sobre o processo de participação

Os Fóruns de participação pública basearam-se em três fases distintas: 1) questionário online; 2) mesas de trabalho e 3) mapa de vulnerabilidades sociais, económicas e ambientais.

Na fase 1 convidaram-se os participantes a pronunciar-se sobre os domínios/objetivos estabelecidos na Estratégia Nacional Portugal 2030, avaliando a sua maior, igual ou menor incidência escalar a nível nacional ou regional; a sua classificação e enquadramento em termos transversais e territoriais, bem como a priorização dos mesmos, traduzindo a perceção dos participantes quanto à importância de cada domínio no contexto regional. Complementarmente solicitou-se a especificação de três recursos e/ou equipamentos e/ou produtos que pudessem potenciar o desenvolvimento regional e a indicação de uma única palavra que expressasse a visão para o Algarve na próxima década, questões que pretendiam aferir de forma sumária, caminhos e perspetivas a considerar do ponto e vista estratégico.

Na fase 2 os participantes foram agrupados em mesas de trabalho, e convidados a seguir um guião, com orientação de um dinamizador. O guião contemplava quatro momentos distintos que pressupunham: i) apresentação de domínios/objetivos alternativos e/ou complementares aos apresentados na Estratégia Nacional, seguida de classificação de importância e prioridade;

Ente 600 231 - 58/EBT/2018-05-02

ii) identificação de problemas/pontos fracos da região, seguida de votação; iii) identificação de forças/pontos fortes da região, seguida de votação e iv) apresentação de medidas de política pública que contribuam para o desenvolvimento regional, seguida de classificação de importância e prioridade.

Na fase 3 os participantes foram convidados a identificar no território regional, as áreas com maior vulnerabilidade social, económica e ambiental.

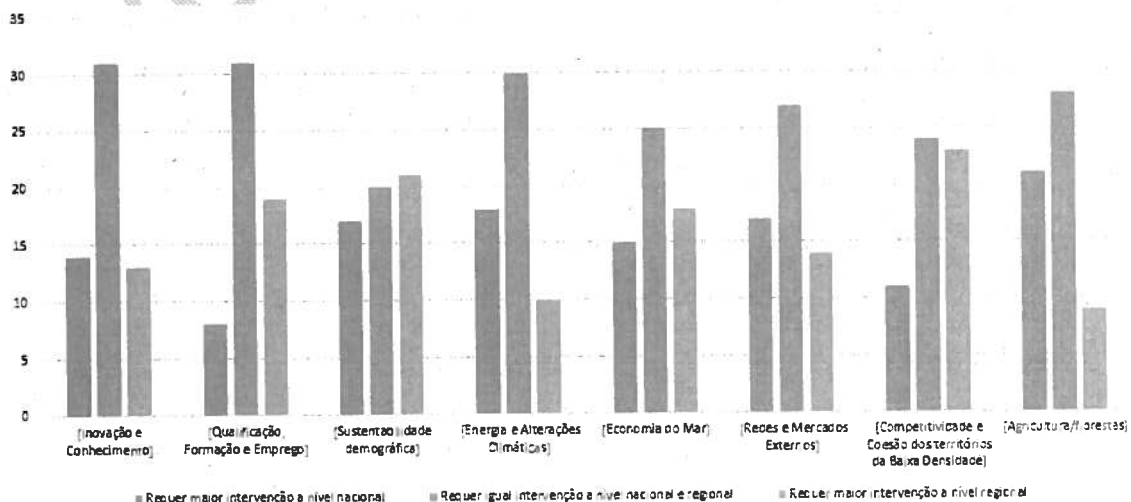
O primeiro fórum decorreu em Faro no dia 3 de abril e teve um caráter institucional, congregando os representantes das entidades que integram os seguintes órgãos regionais de suporte à CCDR Algarve: Conselho Regional, Conselho de Coordenação Intersectorial (CCI), Plataforma de Coesão e Desenvolvimento e Conselho e Inovação Regional do Algarve (CIRA).

As sessões seguintes realizar-se-ão de forma descentralizada no território algarvio, nomeadamente em Vila Real de Santo António (18 de abril), Loulé (2 de maio), Portimão (9 de maio). Complementarmente realizar-se uma sessão de trabalho interna para os colaboradores da CCDR Algarve, a decorrer no dia 15 de maio.

Além da participação nos fóruns, possibilitou-se a submissão de contributos escritos através de plataforma disponibilizada no site da CCDR Algarve.

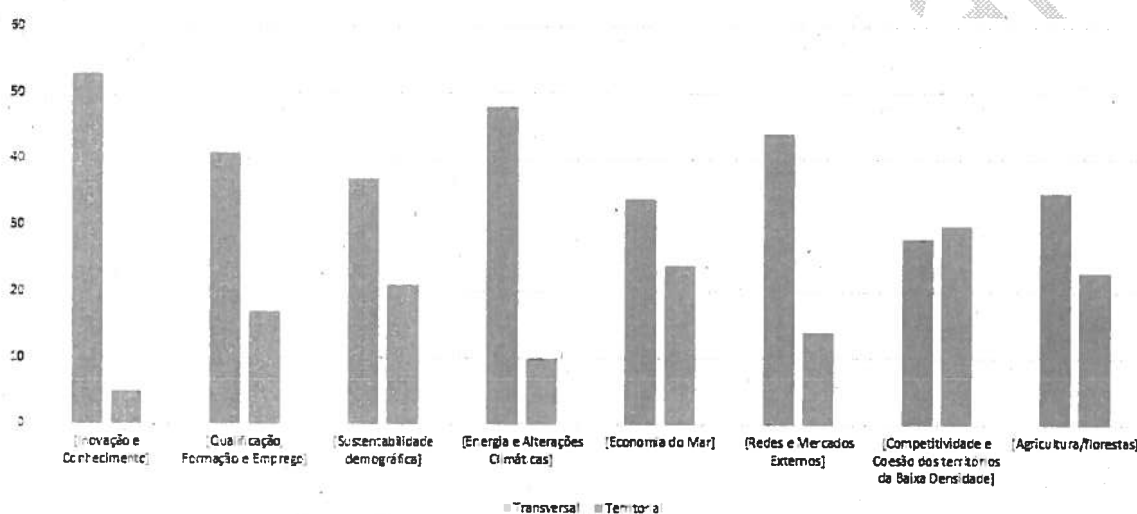
Principais resultados

Cada um dos domínios/objetivos propostos na Estratégia Portugal 2030 pode manifestar-se de forma diferenciada na escala nacional ou regional, de acordo as problemáticas e oportunidades observadas nos territórios, e em particular, da perceção que cada um possui desses domínios/objetivos, e da forma como estes se integram no seu contexto económico, social, ambiental e de governança. Face ao exposto, e por forma a desenhar e concretizar medidas de política mais eficazes e eficientes, pretendeu-se aferir se os domínios/objetivos propostos requereriam maior ou menor intervenção numa das escalas nacional ou regional, ou se pelo contrário, requereriam igual nível de intervenção. Com exceção do domínio da sustentabilidade demográfica, que embora com pesos relativos equilibrados, revelou uma maior necessidade de intervenção a nível regional, nos restantes domínios prevaleceram respostas incidentes na não diferenciação de intervenção a nível nacional e regional.



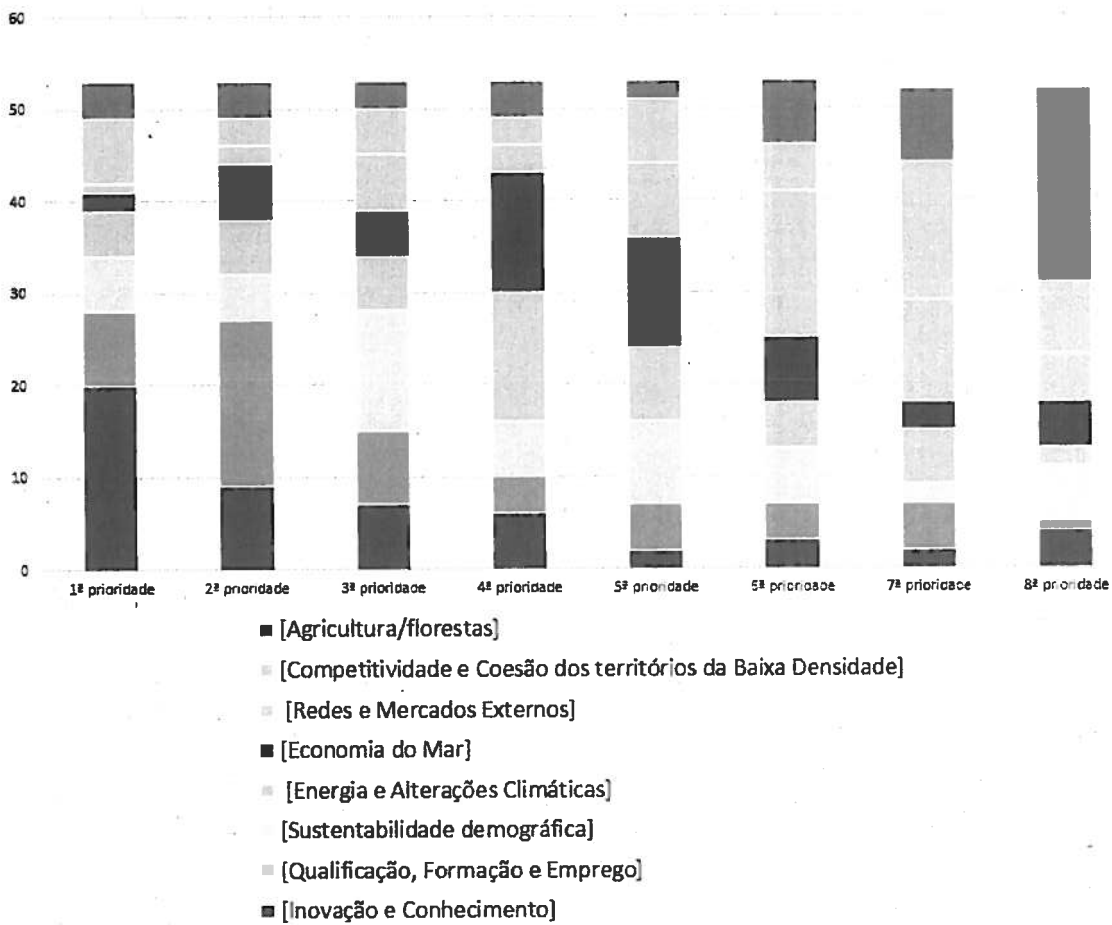
No entanto, numa análise mais fina, conseguimos aferir que os domínios da competitividade e coesão dos territórios de baixa densidade, da Qualificação, formação e Emprego e da economia do mar, registam uma maior necessidade de intervenção a nível regional, expressando as fortes ligações da região com a atividade turística, com a sazonalidade, a diferenciação entre os territórios do litoral e do interior e as oportunidades agregadas ao recurso mar.

Por outro lado, a agricultura/florestas, a energia e alterações climáticas e as redes e mercados externos merecem uma apreciação de maior necessidade de intervenção em termos nacionais do que regionais, o que expressa o menor pendor regional para estes setores e atividades. Denota igualmente o domínio das exportações de serviços, predominantemente turísticos, em detrimento dos bens, que influenciam a perceção e leitura da estrutura produtiva do Algarve.



Quanto ao carácter transversal ou territorial dos domínios/objetivos propostos, procurou-se que os participantes os classificassem quanto à sua abrangência. Apenas para o domínio/objetivo competitividade e coesão dos territórios de baixa densidade se obteve uma abrangência territorial superior, ainda que com pouca distância da classificação transversal. O estabelecimento de domínios de largo espetro e de objetivos macro, levou a que a maioria dos participantes classificasse a totalidade dos restantes em transversal, sendo que essa classificação ganha relevância estratégica mais expressiva nos domínios da inovação e conhecimento, energia e alterações climáticas, redes e mercados externos ou qualificação, formação e emprego. A preponderância desta classificação enquadra a pertinência dos desafios sociais que comporta e eleva a importância dos fatores de competitividade territorial, centrada no conhecimento, nas empresas e no seu carácter exportador.

No que respeita à priorização dos domínios face à sua importância, observa-se que da totalidade dos participantes, a maioria concentrou nas suas primeiras prioridades os três domínios/objetivos que se encontram enquadrados numa ótica transversal ao nível da Estratégia Portugal 2020, ou seja, a inovação e conhecimento, a qualificação, formação e emprego e a sustentabilidade demográfica. Inversamente, os domínios considerados menos prioritários pela maioria centram-se na agricultura /florestas, na competitividade e coesão dos territórios de baixa densidade e nas redes e mercados externos.



Por forma a tentar encontrar alguma coerência ou linha de investigação complementar no quadro de construção futura e desenvolvimento de uma estratégia integrada para a região do Algarve no horizonte 2030, solicitou-se que os participantes identificassem três recursos e/ou equipamentos e/ou produtos que pudessem potenciar o desenvolvimento regional.



Domínios alternativos/complementares

Mais importante	Mais urgente
<input type="checkbox"/> Competitividade regional	<input type="checkbox"/> Mobilidade sustentável
<input type="checkbox"/> Sustentabilidade ambiental	<input type="checkbox"/> Melhoria da mobilidade
<input type="checkbox"/> Turismo/Qualificação do produto turístico	<input type="checkbox"/> Desertificação
<input type="checkbox"/> Qualidade de vida	<input type="checkbox"/> Sustentabilidade demográfica
<input type="checkbox"/> Valorização/salvaguarda do Património Cultural	<input type="checkbox"/> Diversificação base económica
<input type="checkbox"/> Valorização do Baixo Guadiana/Rio Guadiana	<input type="checkbox"/> Qualificação/Formação e emprego
	<input type="checkbox"/> Energia e Alterações climáticas
	<input type="checkbox"/> Mobilidade territorial/Transportes (condições e alternativas)
	<input type="checkbox"/> Cooperação

(Análise em desenvolvimento)

Principais problemas/pontos fracos da região
<input type="checkbox"/> Mobilidade, transportes e intermodalidade
<input type="checkbox"/> Governança
<input type="checkbox"/> Regionalização
<input type="checkbox"/> Planeamento e desenvolvimento integrado
<input type="checkbox"/> Forte dependência de um único sector
<input type="checkbox"/> Desequilíbrios (territoriais, sociais e demográficos)
<input type="checkbox"/> Alterações climáticas
<input type="checkbox"/> Fraca proteção dos recursos naturais
<input type="checkbox"/> Falta de recursos humanos qualificados
<input type="checkbox"/> Poucas empresas de alta tecnologia
<input type="checkbox"/> Fraca influência na definição de políticas a nível nacional
<input type="checkbox"/> Acessibilidades
<input type="checkbox"/> Perda de identidade cultural
<input type="checkbox"/> Fraco desenvolvimento cultural e criação artística
<input type="checkbox"/> Saúde
<input type="checkbox"/> Cultura e habitação
<input type="checkbox"/> Ordenamento do território
<input type="checkbox"/> Falta de sincronização estratégica

(Análise em desenvolvimento)

Principais forças/pontos fortes da região

- Segurança
- Turismo
- Clima
- Qualidade de vida
- Ambiente e natureza
- Recursos naturais/diversidade de recursos
- Recursos energéticos renováveis
- Património material e imaterial
- Potencial energético (Energias Renováveis)
- Recursos endógenos
- Posicionamento geográfico
- Diversidade territorial

(Análise em desenvolvimento)

Medidas de política pública que contribuam para o desenvolvimento regional

Mais importante

- Sinergias intermunicipais
- Descentralização/Regionalização
- Apoio à natalidade/Incentivos à fixação no interior
- Política integrada de mobilidade
- Qualificação dos recursos humanos
- Empreendedorismo de base tecnológico/Universidade
- Empreendedorismo em sectores não turísticos
- Políticas regionais de mobilidade
- Melhoria da rodovia e ferrovia
- Discriminação positiva dos territórios de baixa densidade

Mais urgente

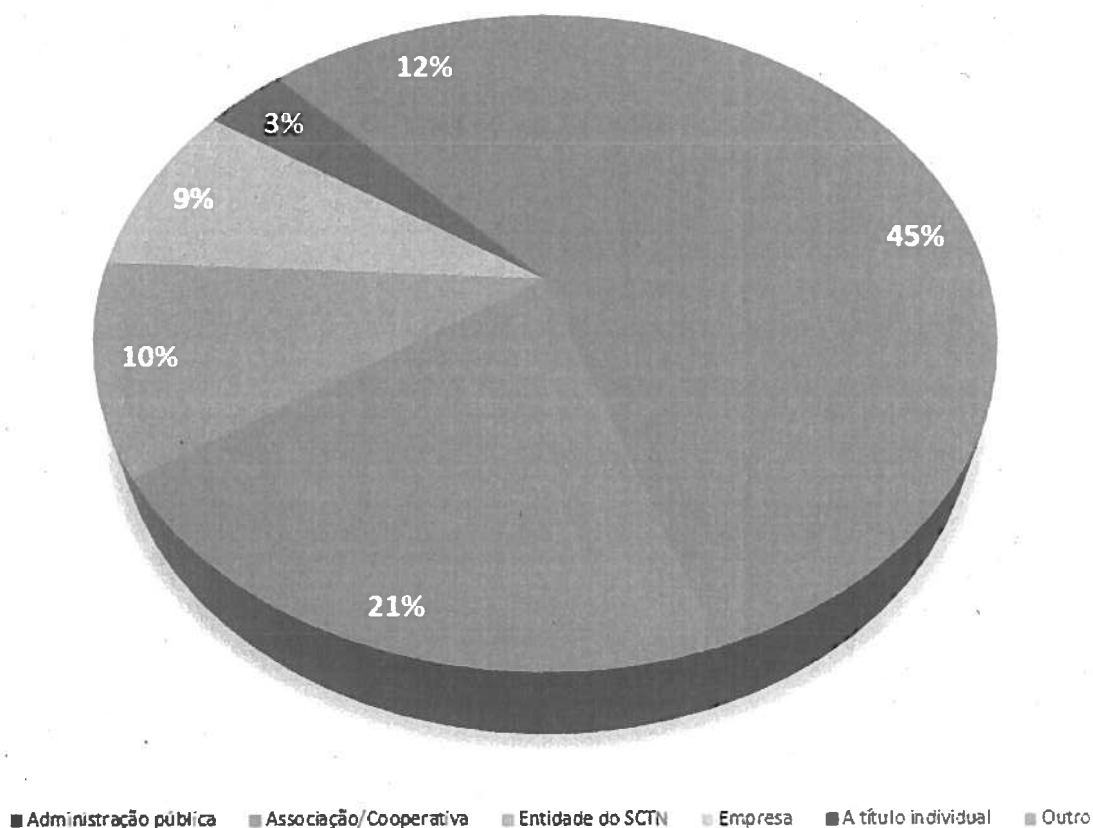
- Políticas de apoio à habitação
- Gestão centralizada de dados
- Incentivos ao investimento privado
- Incentivos à fixação da população
- Regionalização
- Novo Hospital
- Dotação orçamental ajustada à Região
- Controlo da qualidade ambiental (saneamento)
- Rede de transportes regional

(Análise em desenvolvimento)

No mapa de Vulnerabilidades sociais, económicas e ambientais.

(Análise em desenvolvimento)

Por fim, e de forma a conhecer o perfil dos participantes nas duas sessões já realizadas, apresenta-se o seguinte gráfico, que permite aferir o peso preponderante dos representantes da administração pública e dos representantes associativos/cooperativos, respetivamente com 45% e 21%. Pelo lado inverso, regista-se a fraca adesão de participantes a título individual que se resumiram a 3%. Da leitura deste perfil, conclui-se que a participação expressa neste tipo de processos se encontra ainda muito focalizado nas entidades, e sobretudo nas de caráter administrativo e institucional, estando ainda distante dos cidadãos comuns, que não vem interesse, oportunidade ou relevância, no seu envolvimento neste tipo de reflexões.



Um (novo) referencial para o país: a visão do Algarve

Mantendo a estrutura da Estratégia Nacional, por domínios/objetivos, o Algarve concretiza um conjunto de dimensões, complementares ou específicas que, pretendemos, venham expressar de forma adequada e integrada os contextos e os objetivos prioritários que suportam cada domínio, resultando, por vezes, em redações distintas da proposta inicial, mas que a nosso ver alargam a componente estratégica deste exercício de planeamento, e respondem de forma corresponsável, quer ao desafio lançado pelo senhor primeiro ministro, quer ao desafio lançado pela CCDR Algarve à região, aos atores regionais e à população em geral.

(Análise em desenvolvimento)

versão preliminar

ALGARVE 2030 - FUTURO DA POLÍTICA DE COESÃO

MATRIZ SÍNTESE DAS LINHAS GERAIS DE PRIORIDADES PÓS 2020

Objetivos Prioritários	
DOMÍNIOS / OBJETIVOS TRANSVERSAIS	I. Inovação e Conhecimento Assegurar as condições de competitividade empresarial e o desenvolvimento da base científica e tecnológica nacional para uma estratégia sustentada na inovação
	II. Qualificação, Formação e Emprego Assegurar a disponibilidade de recursos humanos com as qualificações necessárias ao processo de desenvolvimento e transformação económica e social nacional, assegurando a sustentabilidade do emprego
	III. Sustentabilidade demográfica Travar o envelhecimento populacional e assegurar a sustentabilidade demográfica, assegurando simultaneamente a provisão e bens e serviços adequados a uma população envelhecida
	IV. Energia e alterações climáticas Assegurar as condições para a diminuição da dependência energética e de adaptação dos territórios às alterações climáticas, nomeadamente garantindo a gestão dos riscos associados
	V. Economia do Mar Reforçar o potencial económico estratégico da Economia do Mar, assegurando a sustentabilidade ambiental e dos recursos marinhos
	VI. Redes e Mercados Externos Assegurar a competitividade externa das cidades e regiões urbanas dos territórios atlânticos e dos territórios do interior
	VII. Competitividade e coesão dos territórios de baixa densidade Reforçar a competitividade dos territórios de baixa densidade em torno de cidades médias, potenciando a exploração sustentável dos recursos endógenos e o desenvolvimento rural, diversificando a base económica para promover a sua convergência e garantindo a prestação de serviços públicos
	VIII. Agricultura/florestas Promover um desenvolvimento agrícola competitivo com a valorização do regadio, a par de uma aposta estratégica reforçada na reforma florestal
DOMÍNIOS / OBJETIVOS COM INCIDÊNCIA TERRITORIAL	

ALGARVE 2030 - FUTURO DA POLÍTICA DE COESÃO

OBJETIVOS HORIZONTAIS: COMPETITIVIDADE PARA A CONVERGÊNCIA E EMPREGO

Objetivo – Assegurar as condições de competitividade empresarial e o desenvolvimento da base científica e tecnológica regional para uma estratégia sustentada na inovação e na especialização inteligente dos territórios

Inovação Empresarial

Atores Sociais: Associações Empresariais, Sindicatos, Organismos do Ministério da Economia, Emprego e Seg. Social, Ciência e Ensino Superior, Educação, AMAL e outros considerados pertinentes.

- **Start-ups, empreendedorismo qualificado e espírito empresarial**
- **Novas especializações em áreas com procura emergentes - indústria e serviços**
- **Integração em cadeias internacionais em segmentos de maior valor acrescentado:**
 - Agricultura
 - Floresta
 - Indústrias tradicionais
 - Turismo
- **Globalização, internacionalização e produtividade em PME**

Conhecimento e base científica

Atores Sociais: Associações Empresariais, Sindicatos, AMAL, Organismos do Ministério da Economia, Emprego e Seg. Social, Ciência e Ens. Sup, Educação e outros considerados pertinentes.

- **Programas de desenvolvimento de I&D estrutural em domínios estratégicos;**
- **Desenvolvimento de novos formatos de processos colaborativos entre Ciência e Empresas (novos modelos de cooperação)**
- **Internacionalização das instituições de I&I regionais e participação em redes internacionais**

Estratégia de Especialização Inteligente (RIS3)

Programas transversais estratégicos: Indústria 4.0, Economia Circular, Outros

Inovação no Setor Público: Transformação digital e Integração de serviços públicos/ Digitalização da administração pública na interação com o público

Conectividade de pessoas, bens e informação

I. Inovação e Conhecimento

ALGARVE 2030 - FUTURO DA POLÍTICA DE COESÃO

OBJETIVOS HORIZONTAIS: COMPETITIVIDADE PARA A CONVERGÊNCIA E EMPREGO

Objetivo – Assegurar a disponibilidade de recursos humanos com as qualificações necessárias ao processo de desenvolvimento e transformação económica e social regional

II. Qualificação, Formação e Emprego

Qualificação e Formação

Atores Sociais: Associações Empresariais, Sindicatos, AMAL, Organismos do Ministério da Economia, Emprego e Seg. Social, Ciência e Ens. Sup, Educação e outros.

- **Educação e Formação de Jovens (corrida para o topo)**
 - Combate abandono/insucesso escolar
 - Alinhamento das vias profissionalizantes no secundário com as novas especializações
 - Formação Superior de curta duração para novas profissões
 - Formação avançada
- **Adultos**
 - ✓ Reversão para novas competências (formação alinhada com novas profissões) arrastando recuperação do atraso

Emprego

Atores Sociais: Associações Empresariais, Sindicatos, AMAL, Organismos do Ministério da Economia, Emprego e Seg. Social, Ciência e Ens. Sup, Educação e outros considerados pertinentes.

- **Medidas com efeito no aumento estrutural da taxa de emprego (e.g. estágios profissionais)**
- **Medidas dirigidas ao reforço das taxas de atividade:**
 - ✓ Jovens NEET
 - ✓ Desempregados de muita longa duração
 - ✓ Envelhecimento ativo (faseamento na passagem para a reforma)
 - ✓ Outros

Alinhamento das Políticas cofinanciadas com programas estratégicos: INCODE (competências digitais); Indústria 4.0; Outros

ALGARVE 2030 - FUTURO DA POLÍTICA DE COESÃO

OBJETIVOS HORIZONTAIS: COMPETITIVIDADE PARA A CONVERGÊNCIA E EMPREGO

Objetivo – Travar o envelhecimento populacional e assegurar a sustentabilidade demográfica e os recursos necessários ao crescimento da economia.

Sustentabilidade demográfica

- **Promoção das condições favoráveis à melhoria do saldo natural, através de medidas de incentivo à natalidade**
- **Diminuição do índice de dependência total**
- **Reforço da conciliação entre a vida familiar e a vida laboral**
- **Avaliação e programação da rede de serviços de interesse geral (SIG)**
- **Promoção de condições favoráveis à atração e fixação de população, favorecendo a melhoria dos saldos migratórios**

III. Sustentabilidade demográfica

ALGARVE 2030 - FUTURO DA POLÍTICA DE COESÃO

OBJETIVOS TERRITORIAIS: COMPETITIVIDADE E COESÃO

Objetivo – Assegurar as condições para a diminuição da dependência energética

Cidades Inteligentes e Eficientes

Atores Sociais: Associações Ambientalistas, AMAL, Organismos do Ministério da Economia, Ciência e Ens. Sup e outros considerados pertinentes.

- **Eficiência energética no edificado (público e privado)**
- **Economia circular**
- **Transportes públicos coletivos eficientes e em rede**
- **Mobilidade Elétrica e Suave**

Transição energética

Atores Sociais: Associações Empresariais, AMAL, Organismos do Ministério da Economia, Ciência e Ens. Sup. e outros considerados pertinentes.

- **Inovação na produção, armazenamento e distribuição de energias renováveis**
 - ✓ **I&D, incluindo instalações piloto, em novas áreas ou novas tecnologias:** eólico offshore, solar, ondas, marés, biomassa, outros
 - ✓ **Primeiras fases de redes de novos formatos**
- **Eficiência Energética (projetos demonstradores de forte efeito de disseminação)**
- **Produção regional de equipamentos, software e serviços financeiros associados à transição energética**
- **Digitalização e smart grids**
- **IOT aplicado ao setor energético**

Reforço do potencial ambiental (captura de carbono, biodiversidade, natureza/ recursos naturais, medidas agroambientais, outros)

Objetivo – Reforçar o potencial económico estratégico da Economia do Mar

Economia do Mar

Atores Sociais: Associações Empresariais, Sindicatos, AMAL, Organismos do Ministério da Economia, do Mar, do Emprego e Seg. Social, Ciência e Ens. Sup, Educação e outros considerados pertinentes.

- **Aumento do valor acrescentado dos produtos da pesca e da aquicultura**
- **I&I e exploração de novos recursos e novas aplicações**
- **Utilização eficiente dos recursos e promoção da biodiversidade**
- **Melhoria da competitividade do sistema portuário e do transporte marítimo**
- **Energia**
- **Fronteira marítima**

V. Economia do Mar

ALGARVE 2030 - FUTURO DA POLÍTICA DE COESÃO

OBJETIVOS TERRITORIAIS: COMPETITIVIDADE E COESÃO

Objetivo – Assegurar a inserção competitiva dos territórios em escalas superiores enquanto produtores de bens e serviços com potencial de exportação

Competitividade dos territórios urbanos

- Redes urbanas de inovação e crescimento (clusters de atividades criativas/ culturais ou intensivas em conhecimento)
- Reabilitação urbana (edificado e espaço público)
- Territórios Competitivos/ Territórios Coesos (Emprego, Políticas locais de integração e inclusão, Migrantes e Refugiados)

Projeção externa da faixa atlântica

- Redes logísticas e ligações Rodoviárias a ALE's/Portos
- Aproveitamento do potencial geográfico e económico das Regiões Autónomas
- Fronteira marítima

Inserção territorial no Mercado Ibérico

- Estratégia de orientação para o mercado ibérico dos territórios do interior (planeamento integrado da cooperação transfronteiriça)
- Ligações Rodo-ferroviárias a ALE e Ligações Transfronteiriças

VI. Redes e Mercados externos

Desmaterialização das conectividades
Fecho de redes de serviços coletivos

ALGARVE 2030 - FUTURO DA POLÍTICA DE COESÃO

OBJETIVOS TERRITORIAIS: COMPETITIVIDADE E COESÃO

Objetivo – Reforçar a competitividade dos territórios da baixa densidade em torno de cidades médias, potenciando a exploração sustentável dos recursos endógenos e o desenvolvimento rural, diversificando a base económica para promover a sua convergência e garantindo a prestação de serviços públicos

Competitividade e coesão na baixa densidade

Atores Sociais: AMAL, Grupos de Ação Local, Agências Locais de Desenvolvimento, Associações Empresariais, Sindicatos, Organismos do Ministério da Economia, Emprego e Seg. Social, Ciência e Ens. Sup, Educação, do Planeamento e Infraestruturas e outros considerados pertinentes.

- Estímulo de complementaridades urbano-rurais baseadas nos recursos endógenos
- Diversificação da base económica e crescimento do emprego com base nos ativos locais
- Otimização da gestão e prestação em rede dos serviços de interesse geral (Educação, Saúde, Cultura, Sociais, Económicos, Associativos, etc.), potenciando as ligações rural-urbano.

VII. Competitividade e Coesão dos territórios da baixa densidade

Ver

ALGARVE 2030 - FUTURO DA POLÍTICA DE COESÃO

OBJETIVOS TERRITORIAIS: COMPETITIVIDADE E COESÃO

Objetivo – Promover um desenvolvimento agrícola competitivo com a valorização do regadio, a par de uma aposta estratégica reforçada na reforma florestal

VIII. Agricultura e Florestas

Agricultura e Florestas

Atores Sociais: AMAL, Grupos de Ação Local, Agências Locais de Desenvolvimento, Associações Empresariais, Sindicatos, Organismos do Ministério da Economia, Agricultura, Emprego e Seg. Social, Ciência e Ens. Sup, Educação, do Planeamento e Infraestruturas, ICNF e outros considerados pertinentes.

- Aposta no desenvolvimento agrícola competitivo e no regadio
- Reforço do potencial económico da floresta
- Resiliência, mitigação e prevenção de riscos

